



INTER
FACES
CIENTÍFICAS

SAÚDE E AMBIENTE

ISSN IMPRESSO 2316-3313

ISSN ELETRÔNICO 2316-3798

OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS PRESENTES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM SERGIPE: O CASO DA BARRA DA ONÇA NO MUNICÍPIO DE POÇO REDONDO

Mariana Barbosa Andrade ¹

RESUMO

Percebe-se no Brasil e em Poço Redondo, mais precisamente no assentamento da Barra da Onça, que os assentados caracterizam-se pela submissão incondicional de mediadores representados e personificados pelas lideranças dos movimentos e da igreja. Sob o controle dos mediadores, tanto o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), quanto a Igreja (Pastoral da Terra), o Colégio Estadual Dom José Brandão de Castro (Colégio Agrícola) e outras ONGs (Organização Não Governamental) participam da elaboração de políticas públicas para sobrevivência e permanência dos assentados no bioma da caatinga. O trabalho irá ressaltar os principais problemas enfrentados atualmente, dentre eles relacionados a fatores climáticos como seca, pois o açude presente no povoado é de pequena profundidade e não aten-

de a população composta por 300 famílias assentadas que vivem basicamente da agricultura, laticínios domésticos e da criação de animais como boi, vaca, carneiro, ovelha e galinha. Uma das alternativas que vem sendo implantada é a irrigação por gotejamento para melhorar o sistema agrícola, implantação de cisternas, criação de peixes em tanques, cultivo de produtos agrícolas variados, manejo consciente de produtos típicos da caatinga e, também, a proibição de queimadas na região. Por outro lado, existem associações formadas por mulheres assentadas que produzem doces com as frutas típicas da região como o umbu, por exemplo. Além disso, os engenheiros florestais ensinam a aproveitar as sementes das frutas, utilizadas para a fabricação dos doces, para o semeio e assim, contribuir para o aumento da área verde da

caatinga. Portanto, a educação ambiental não formal tem criado e recriado todo o território do assentamento da Barra da Onça, mas os principais desafios como o de incentivar a permanência do homem do campo no lote, diferenciar a agricultura familiar voltada para o mercado capitalista com a subsistência, a falta de organização de associações que beneficie ao grupo e

o manejo consciente da terra ainda precisam ser combatidos no assentamento.

PALAVRAS-CHAVES

Conflitos Socioambientais. Assentamentos Rurais. Educação Ambiental.

ABSTRACT

It is a well-known fact in Brazil, more precisely in the settlement of Barra da Onça in Poço Redondo City, that the settlers are characterized by an unconditional submission of mediators represented and personified by the leaders of movements and the church. Under the control of these mediators, like the MST (Movement of Landless Rural Workers), the Church (Pastoral da Terra), the State College Dom José Brandão de Castro (Agricultural College) and other NGOs (Non-Governmental Organization) the Barra da Onça people are involved in the development of the public policy for survival and permanence of the settlers in the Caatinga biome. The work will highlight the major issues faced today, among them are related to climatic factors, such as drought because the village pond is shallow and it is not enough for the population, composed of 300 settled families that live mainly from farming, homemade dairy and animal farming like ox, cow, sheep, lamb and chicken. One alternative that has been implemented is the drip irrigation to improve agricultural system, cisterns, fish farming in ponds, cultivation of various agri-

cultural products, aware of caatinga typical product management and also the prohibition of fires in the region. On the other hand, there are associations formed of seated women's which produce candies with exotics fruits like umbu, for example. Furthermore, forestry technicians teaches how enjoy the seeds of fruits, used to manufacture candy for sowing and thus contribute to the increase in green area of the caatinga. Therefore, non-formal environmental education has created and recreated throughout the nesting territory of Barra da Onça, but the main challenges as to encourage the permanence of the peasant in the lot, differentiate family farms facing to the capitalist market with the survival, the lack of organization of associations that benefit the group and the conscious land management still need to be addressed in the settlement.

KEY WORDS

Environmental conflicts. Rural settlements. Environmental Education.

RESUMEN

Se observa en Brasil, en poco Redondo, más precisamente en la solución de Barra da Onça, que los colonos se caracterizan por la sumisión incondicional de mediadores representados y personificados por los líderes del movimiento y de la iglesia. Bajo el control

de los mediadores, tanto el MST (Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra), y la Iglesia (da Pastoral de Terra), el State Colegio Dom José Brandão de Castro (Agricultural College) y otras ONG (Organización No Gubernamental) implicadas en la producción

políticas públicas para la supervivencia y permanencia de los colonos en el bioma de sabana. El trabajo se hará hincapié en los principales problemas que enfrentan hoy en día, entre ellos relacionados con factores climáticos, como la sequía, debido a que la presente en el estanco del pueblo es poco profunda y no se ajusta a la población compuesta por 300 vida asentada principalmente de las familias campesinas, láctea nacional y la creación de animales como el buey, vaca, oveja, cordero y pollo. Una alternativa que se ha implementado es el riego por goteo para mejorar el sistema agrícola, la implementación de los tanques, la cría de peces en estanques, cultivo de diversos productos agrícolas, tanto de la gestión de productos típicos caatinga y también la prohibición de los incendios en la región. Por otro lado, existen asociaciones de mujeres sentadas producir dulces con exóticas frutas como el ombú, por ejemplo. Por

otra parte, los silvicultores enseñan disfrutar de las semillas de frutas, utilizados para la fabricación de dulces para la siembra y así contribuir al aumento de la zona verde de la sabana. Por lo tanto, la educación ambiental no formal ha creado y recreado en todo el territorio de anidación de Barra da Onça, pero los principales desafíos en cuanto a fomentar la permanencia de los campesinos en el lote, diferenciar las explotaciones familiares frente al mercado capitalista con la supervivencia la falta de organización de las asociaciones que benefician al grupo y el manejo consciente de la tierra todavía deben ser abordados en el asentamiento.

PALABRAS CLAVE

Conflictos ambientales. Los asentamientos rurales. Educación Ambiental.

INTRODUÇÃO

A reprodução do espaço geográfico por uma sociedade deverá seguir alguns critérios, dentre eles a divisão e organização do trabalho, comportamento e consumo do cidadão.

O território, também, pode ser definido nas suas desigualdades, pois é nele onde o homem realiza todas as ações de produção e uso do solo rural e urbano. Enfim, o capital cria e recria modelo econômico capitalista.

Um dos agentes produtores do espaço geográfico, os proprietários de terra que além de obter a maior renda fundiária estão interessados no valor da terra para vender ao Estado e não no uso. Desta forma, percebe-se que a estrutura social da agricultura capitalista, é uma relação de desigual troca entre o capital e o trabalho, onde o produto final não é a mais valia e sim a mercadoria.

Por isso, a reforma agrária bem sucedida, não apenas voltada a redistribuição da terra, mas a socialização da população deixada à margem do desenvolvimento econômico é o caminho para resolver a questão da terra.

No Brasil atualmente, a Reforma Agrária é analisada apenas sob dois aspectos: a concentração do trabalho fundiário entre o latifundiário (o agricultor); e a propriedade fundiária má distribuída, inclusive entre os assentados beneficiários da política agrária. Este último por não ter experiência com programas de reforma social acabam alugando, vendendo ou trocando a terra para terceiros, destruindo todo o trabalho do INCRA, do próprio caráter social da redistribuição da terra improdutiva e do desenvolvimento econômico.

Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar os conflitos socioambientais enfrentados no as-

sentamento rural da Barra da Onça em Poço Redondo, partindo do pressuposto desde o início do movimento dos trabalhadores sem terra que era ao todo 250 famílias de agricultores que buscavam acabar com latifúndios improdutivos e distribuí-los aos que não possuíam, pois os aspectos negativos onde alguns lotes foram vendidos a pessoas que não sabem lidar com a agricultura moram na

cidade e apenas visitam as terras em dias de lazer. Outro fator é a seca, pois como o pequeno agricultor não tem condições financeiras para construir cisternas, a ausência de água dificulta a plantação de palma e mandacaru que se tornam insuficientes para alimentação do gado. Baseado nesses fatores o pequeno trabalhador rural vende seus lotes e migram para outras cidades.

2 ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Com base na Lei estadual de nº 525 A, de 25 de novembro de 1953, estabelece o desmembramento de vários povoados do município de Porto da Folha. Três deles são beneficiados com as suas independências: Monte Alegre, Poço Redondo e Canindé do São Francisco.

A povoação do município surgiu em 06 de fevereiro de 1954, com a posse dos vereadores, composta de 5 membros e do prefeito municipal Arthur Moreira de Sá. A emancipação deixou Poço Redondo no ponto mais alto do Sertão do São Francisco e com a condição de território mais extenso do estado de Sergipe com 1.119km². O novo município ainda herdaria quatro povoações, na beira do rio São Francisco: Bonsucesso, Curralinho, Jacaré e Cajueiro.

O limite territorial é feito com o município de Pedro Alexandre (BA), Canindé do São Francisco (SE), Porto da Folha (SE), Pão de Açúcar (AL) e Piranhas (AL). A sua bacia é formada pelo rio São Francisco e a sua formação geológica, de embasamento cristalino, é composta pela Serra da Guia, que apresenta a maior elevação do estado atingindo 750 m de altura, estando inserida no pediplano sertanejo.

A economia do município está baseada, principalmente nos laticínios nos povoados de Barra da Onça e de Santa Rosa do Erminio, sendo uma das maiores bacias leiteiras do estado de Sergipe, no turismo (Gru-

ta do Angico, local onde ocorreu a morte de Lampião), nos produtos primários (umbu, mandioca, milho, feijão, dentre outros) e serviços. Muitas pessoas do município trabalham na prefeitura, pequenos comerciantes, trabalhadores rurais ou pessoas de outras cidades que trabalham temporariamente.

Poço Redondo possui cerca de 31.000 habitantes e o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado de Sergipe. Uma parte da população é formada por desempregados, aposentados e pessoas que trabalham em subemprego. É uma cidade sem perspectiva de crescimento econômica, e por isso muita pessoas, em especial os homens, abandonam a escola na 5ª série ou 6º ano do ensino fundamental e vão à busca de emprego em outros estados como Mato Grosso, Rondônia, entre outros.

O assentamento Barra da Onça foi criado em 1986, a partir da ocupação das fazendas de Bom Sucesso e Riacho do Capim em Poço Redondo, em uma área que possui cerca de 14.825 hectares, após uma luta pela terra entre posseiros e a família do grande latifundiário já falecido Antônio Leite. As terras desse latifundiário serviam de descanso para os seus gados durante o período de seca, portanto é considerada improdutiva e pronta para iniciar a Reforma Agrária. Logo,

A reforma agrária é uma reforma social que tem por objetivo, por meio da redistribuição de terras, resso-

cializar populações deixadas à margem do desenvolvimento econômico e social ao longo de décadas, já para não falar de séculos (MARTINS, 2003, p. 33).

O Sr. Dionísio morador do município de Poço Redondo e agricultor preocupado com essas imensas terras improdutivas entrou em contato com lideranças de Porto da Folha e Nossa Senhora da Glória que participavam de movimentos para desapropriar terras improdutivas nos seus municípios. Além de posseiros, eles contavam com o apoio dos sindicalistas Rubens Bispo e Michel Dessy, e a Pastoral da Terra que tinha frei Enoque Salvador de Melo como seus principais líderes. Os sindicalistas foram presos e torturados durante algumas horas por serem confundidos com líderes dos movimentos e por estar em barracos de lonas à margem da rodovia que liga o povoado ao município de Poço Redondo, discutindo com alguns posseiros a situação.

Segundo Martins (1999, p. 105) o “assentamento é a forma da redistribuição da terra, que é em que consiste, no essencial, qualquer reforma agrária”. Quando ambas as partes envolvidas não se entendem gera uma luta pela terra.

No início do movimento era ao todo 250 famílias de agricultores que buscavam a acabar com latifúndios improdutivos e distribuir com os que não tinham, enfim realizar a Reforma Agrária de forma justa que beneficiasse a todos. Em 1986, as famílias conseguiram a posse da terra, foram divididas entre eles, sendo cerca de 30 hectares por família e o INCRA apesar de ter pagado a indenização a família de Antônio Leite, só chegou meses depois para cadastrar as famílias assentadas, pois estas já tinham feito a divisão entre elas. Portanto,

Para os assentamentos há realmente a perspectiva de uma nova integração social, com o estatuto social de proprietário: trabalho proprietário, no entanto. A nova perspectiva que se abre para estes seres sociais é a de garantia de trabalho para a família e de um nível de vida mais estável, mas não sem riscos (MOREIRA, 1999, p. 176).

Para Martins (2003, p. 56) “o INCRA trabalha com a ideia de família nuclear, embora existam nos assentamentos fortes resquícios da família extensa”.

2.1 EDUCAÇÃO FORMAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL: PARCERIAS POSSÍVEIS

Para as famílias assentadas foram concedidos empréstimos pelo Banco do Nordeste e o Pronaf, que utilizaram o dinheiro para comprar equipamentos e animais como boi e vaca, com o objetivo de desenvolver a pecuária e agricultura do feijão, milho e mandioca. De acordo com Wanderley:

Porém, nestes casos, de certa forma, o lugar do trabalho familiar é reiterado e mesmo reforçado: os membros da família continuam envolvidos no trabalho do estabelecimento - suas tarefas consistem agora, fundamentalmente, na operação das máquinas (meios de produção e também patrimônio familiar) e na fiscalização dos assalariados - e, sobretudo, estes estabelecimentos têm capacidade para absorver um maior número de filhos (WANDERLEY, 1996, p. 17).

Essas famílias após receber esses benefícios formaram seis associações, principalmente do leite, cursos foram oferecidos pela Emdagro, Embrapa, Instituto Dom Helder Câmara ligado a Pastoral da Terra e MST que só chegou depois das famílias estarem loteadas. Os cursos ajudaram a melhorar a produção agrícola e a pecuária passou a ser intensiva. Apesar de todos os incentivos para que o agricultor exerça sua arte com a terra, muitos acabaram contraindo dívidas com bancos e tiveram que vender seus lotes, investiu em pequenos comércios que não deram certo ou saíram da cidade em busca de melhores condições. Dessa forma,

O Movimento dos trabalhadores Sem Terra, com toda a crise que possa estar enfrentando, representou um passo maduro em direção a uma reformulação das estratégias da luta pela terra em direção a um direito de propriedade diverso, a uma reformulação das relações políticas (MARTINS, 1993, p. 89).

Para Martins (2003, p. 123) “Ao organizar o acampamento, o MST procura dar visibilidade e consciên-

cia ao vazio que o desenraizamento criou, dar-lhe consistência, definir contornos, tornar visível a falta de perspectiva e horizonte” Portanto, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) não está envolvido com a agricultura familiar voltada ao trabalho e subsistência da família assentada, mas sim envolvido com o capital do agronegócio.

O beneficiário da reforma agrária, quando aluga a terceiros a terra recebida ou indevidamente vende, regenera a renda fundiária como meio de sobrevivência, nega a relevância do trabalho e do produtivo, e afirma a centralidade do tributo parasitário como meio de vida... Nega e destrói a própria reforma agrária e seu amplo sentido socialmente reformador (MARTINS, 2003, p.15).

Algumas associações de produção de leite que resistiram tiveram início em 1991. Primeiramente, cada associado fornecia o leite para a fabricação artesanal de queijo, manteiga e iogurte, mas só em 2001 que o prefeito Enoque Salvador preocupou-se em fornecer energia e água encanada para beneficiar a fábrica de laticínios União. A fábrica começou a produção de queijos de diversos tipos e sabores, manteiga, iogurte e outros derivados do leite. A empresa chegou a possuir cerca de 250 fornecedores, os gados eram bem tratados, acompanhados pela Emdagro que, também, fornecia sêmens para a inseminação artificial, a Embrapa também participava, com carros e caminhões utilizados para o transporte do leite. A prefeitura fez parceria com o Serviço Nacional do Comércio (SENAC), fornecendo cursos para a manipulação do leite, além disso teve como patrocinador a Natville. Com isso, Wanderley (2001, p. 9) afirma que:

Com efeito, se a crise dos setores tradicionais da agricultura afeta negativamente a economia do Nordeste, é, a partir da agricultura e da agroindústria que estão sendo gestados novos polos dinâmicos do desenvolvimento regional. Situados em zonas delimitadas e explorando vantagens comparativas, estes polos agroindústrias vêm tentando ocupar os chamados “nichos de mercado”, tanto o mercado nacional como, sobretudo, o mercado internacional.

Embora houvesse uma grande fábrica de laticínios, chegando a produzir 8 mil litros por dia, apenas

25 pessoas trabalhavam na fábrica no total de 211 famílias. Apesar da grande produção de leite do município, a segunda maior do estado, o leite nunca foi valorizado na região, inicialmente o produto era fornecido para outros assentamentos por um preço mais barato, outra parte era vendida para Nossa Senhora da Glória e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA-Leite). Este último foi uma parceria entre a prefeitura e os laticínios União, que ainda contratava outra empresa de fora da cidade para o transporte do leite do assentamento até a cidade de Poço Redondo, mesmo o laticínio tendo os transportes. É neste contexto que Lamarche (1993, p. 205) afirma:

Poder-se-ia dizer simplificando que o grande desafio dos agricultores brasileiros consiste em garantir um espaço aos numerosos herdeiros, um lugar de trabalho (muitas vezes a própria exploração familiar) sem que isso torne técnica e economicamente inviável.

Segundo Wanderley (2003, p. 3), “A ideia central é a de que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de uma certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado”. Como a agricultura irá precisar de um novo tipo de agricultor mais qualificado e repleto de técnicas agrícolas para atender as exigências modernas da agricultura, torna-se indispensável um novo “personagem” no meio rural capaz de suprir o mercado moderno.

O laticínio União não durou muito e, em 21 de Outubro de 2011, sem incentivos do prefeito Enoque Salvador, que ao invés de promover parceria com os pequenos agricultores para a distribuição da merenda escolar, preferiu comprar de outras localidades alimentos que não são saudáveis para os alunos a fim de baratear os custos da produção, e também o MST, Emdagro e Embrapa não prestaram a devida assistência ao pequeno agricultor para mantê-los nos lotes. Segundo Abramovay (1998, p. 160), fica evidente:

Que a maior parte dos estabelecimentos agrícolas nos países capitalistas avançados seja de natureza família, este é um fato que cuja demonstração não seria sequer necessária. O que se discute é a importância social cor-

relativa a seu peso econômico, ou se, ao contrário, se trata de uma espécie de reservatório de mão-de-obra dentro do qual vive uma população cuja fonte de renda vem no essencial de fora da agricultura e cuja contribuição à oferta agrícola, na verdade é mínima.

Atualmente, o assentamento conta com 300 famílias aproximadamente, cada uma dividindo um lote de 30 hectares para duas famílias. Já alguns pequenos agricultores que compraram lotes de famílias assentadas, trabalham individualmente na fabricação queijos e distribuem seus derivados em comércios na cidade.

Existe associação formada por mulheres assentadas que fabricam doces com frutas típicas da região como o umbu e outras. O nome do projeto é Frutos das Florestas e conta com o apoio da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e Serviço de apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), possui 25 mulheres que ganham meio salário mínimo por mês, ainda participa desse projeto engenheiros florestais que ensinam a aproveitar as sementes das frutas para semear, contribuindo assim para o aumento da área verde da caatinga.

Para os outros trabalhadores rurais que iniciaram no assentamento, convivem com a seca e estratégias para manter-se na terra. Os que ganham um salário mínimo como trabalhadores rurais aposentados compram cisternas, plantam mandacaru para alimentar o seu gado. Outros ainda encontram-se trabalhando no laticínio União sem receber nada, cerca de 5 pessoas ainda fabricam derivados do leite em uma menor produção para atender o mercado da cidade de Poço Redondo. De acordo com Santos (1999, p. 5):

Desse modo, por menor que seja um lugar, por mais insignificante que pareça, no mundo da competitividade este lugar é fundamental porque as empresas globais dependem de pequenas contribuições para que possam manter o seu poder. Esse poder que é cego, porque não olha ao redor. Esse poder que se preocupa com objetivos precisos, individualistas, egoísticos, pragmáticos é um poder cego, já que não olha ao redor.

Segundo as pessoas que ainda resistem no assentamento afirmam que o motivo por não venderem seus lotes é porque amam a terra e não sabem fazer outra coisa a não ser cultivá-la, apesar de não haver nenhum incentivo por parte de entidades estaduais e civis.

Para Umbelino (1987, p. 31)

De modo geral, a agricultura desenvolveu-se em duas direções: de um lado, a agricultura especificamente capitalista, baseada no trabalho assalariado e nos arrendamentos; de outro a agricultura baseada na articulação com as formas de produção não capitalista.

Reforçando a ideia de que as relações capitalistas ocorrem uma desigual troca entre o capital e o trabalho.

Portanto, analisar, compreender, entender e informar os conflitos sociais e políticos decorrentes do mundo é os desafios enfrentados pela agricultura familiar na busca de tornar-se integrante da revolução urbana e solução para problemas de urbanização além de promover uma Reforma Agrária justa, onde o assentado não seja apenas um sujeito excluído da sociedade, mas um cidadão reformador.

3 CONCLUSÃO

O estudo sobre a Reforma Agrária como instrumento social e político no assentamento da Barra da Onça no município de Poço Redondo, foi de fundamental importância para o desenvolvimento desse trabalho. Isso, porque foram identificados aspectos sociais, políticos e geográficos, bem como a relação entre o assentado e os mediadores e seus reflexos na agricultura familiar.

A importância da atividade Agrária tem a função de ensinar a comunidade a conhecer, produzir e preservar o patrimônio, que é a terra. Além disso, traz algumas referências sobre a prática do social e político com a questão do desenvolvimento local e os conflitos gerados entre as famílias envolvidas

diretamente com esse tipo de atividade, principalmente no que tange a distribuição da terra e sua produção agrícola, fatores que compõem a estrutura do assentamento rural.

Portanto, o desenvolvimento da educação não formal de agricultores junto a parceiros como o MST, Embrapa, Pastoral da Terra, além proporcionar uma alternativa para a sustentabilidade ambiental no bioma da caatinga apresenta problemas de profundidade extraordinária como a situação dos beneficiários da reforma agrária, a ocupação da terra nos espaços geográficos e o predomínio da agricultura familiar moderna que precisam ser solucionados de maneira geral no assentamento rural da Barra da Onça no município de Poço Redondo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec, 1998.

Agricultura familiar: desafios para a sustentabilidade. Coletânea. Editores: MOTA, Dalva Maria da; TAVARES, Edson Diogo; GUEDES, Vicente G. F. e NOGUEIRA, Lúcia Raquel Queiroz. Aracaju: Embrapa – CPATC, SDR/MA. 1998.

CALDAS, Nádia Velledas; ANJOS, Flávio Sacco dos. A pluriatividade e sucessão hereditária da agricultura familiar. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRS, 2009.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRS, 2009.

CINFORM Municípios. Edição Histórica, Aracaju/Se, junho de 2002.

LAMARCHE, Hughes. **A agricultura familiar**. Tradução de Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, São Paulo: Unicamp. 1993.

MARTINS, José de Souza. **O Sujeito Oculto:** ordem e transgressões na reforma agrária. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária:** o impossível diálogo sobre a história possível. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 11(2):97 – 128 out. 1999 (editado em fev. 2000)

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. Ensaios da Sociologia da História lenta. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

MOREIRA, José Roberto. Agricultura familiar: processos sociais. RJ: Mauad: Seropédica. UFRJ, Curso de pós-graduação e desenvolvimento, 1999.

OLIVEIRA, Ariosvaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1987.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. Universidade Fluminense. São Paulo: 1999. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/.../2/2>>. Acesso em: 24 jul. 2012.

Sergipe Panorâmico / Universidade Tiradentes; Organizações [de] Joubeto Uchôa de Mendonça e Maria Lucia Marques Cruz E Silva – Aracaju: UNIT, 2002.

WANDERLEY, Maria De Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61.

WANDERLEY, Maria De Nazareth Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno**. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4 Disponible en: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>.

WANDERLEY, Maria De Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**. GT 17. PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS. CAXAMBU, MG. OUTUBRO 1996.

Recebido em: 29 de Julho de 2013
Avaliado em: 8 de Julho de 2013
Aceito em: 28 de Novembro de 2013

1 Possui Graduação em Geografia Licenciatura (UNIT) e pós graduação (Lato Sensu) em Didática e Metodologia do Ensino Superior na Faculdade São Luís de França. Em seus trabalhos, há algumas pesquisas publicadas referentes aos aspectos sócio-políticos no bairro Santa Maria com apresentação em painéis na Universidade Tiradentes (UNIT); e outros trabalhos completos e publicados em Encontros, Simpósios e Seminários Regionais, Nacionais e Internacionais fornecidos pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Tiradentes (UNIT) relacionados à Educação Ambiental e ao Turismo. E-mail: Barbosa.andrade@ibest.com.br

